

1101/1102
1101/1102
1101/1102
1101/1102
1101/1102

JUNTA DE EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO

O PROBLEMA ALGODOEIRO
PORTUGUÊS

PELO

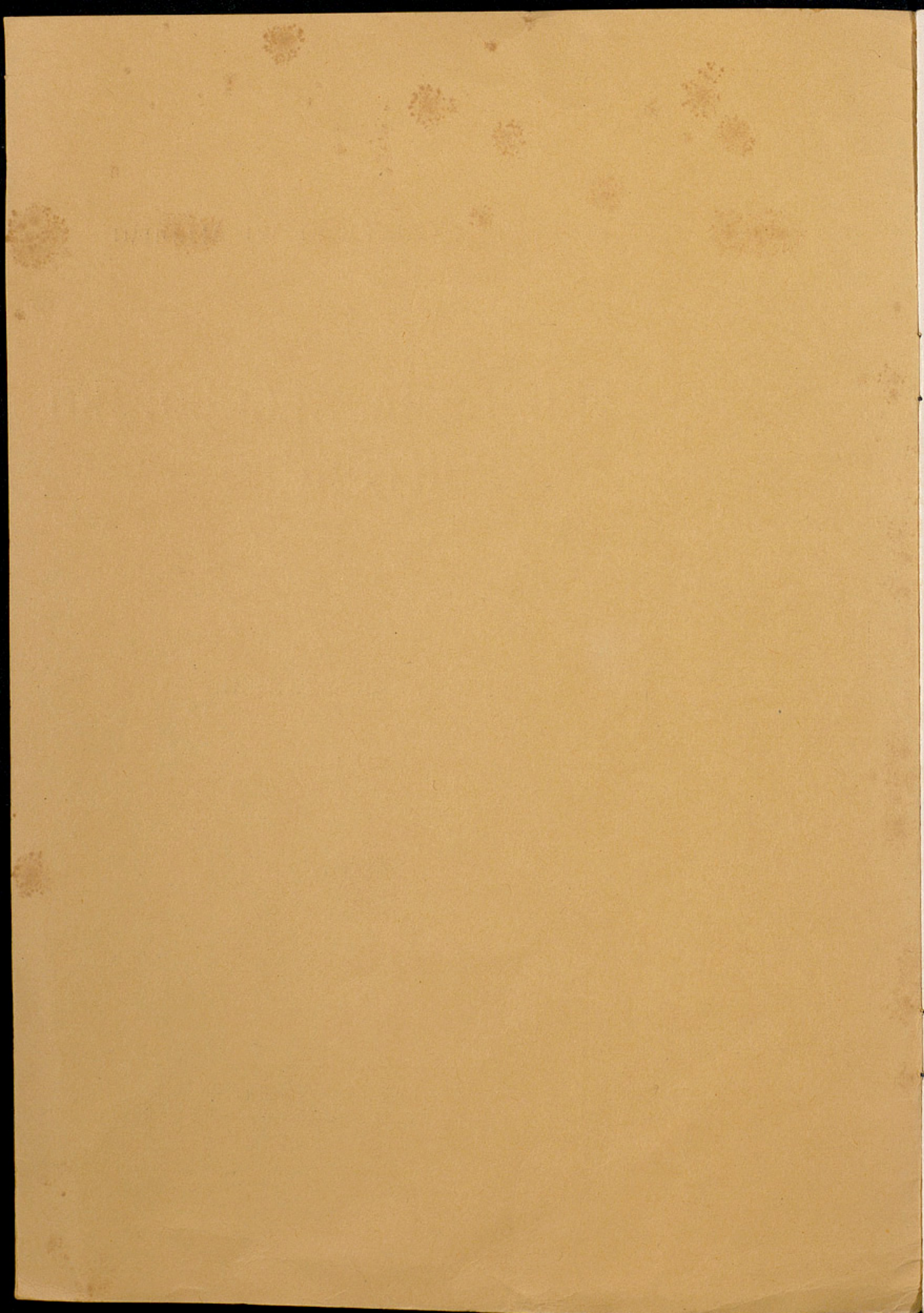
PROF. A. QUINTANILHA



1954

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

LOURENÇO MARQUES



REFN=3511

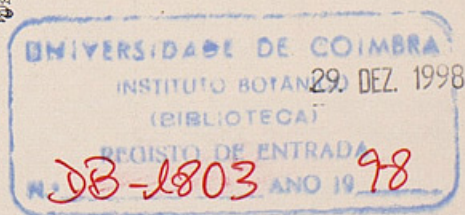
677.2 (489)

JUNTA DE EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO

O PROBLEMA ALGODOEIRO
PORTUGUÊS

PELO

PROF. A. QUINTANILHA



1954

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

LOURENÇO MARQUES



THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE PROBLEMS OF ALGEBRA
PART I

BY

Em que consistia, afinal de contas, o nosso problema algodoeiro?

Até fins do primeiro quartel deste século Portugal, com as suas vastas províncias ultramarinas, em regiões privilegiadas para a cultura do algodão, importava do estrangeiro 95 por cento da rama necessária para abastecimento da sua indústria têxtil. Tal importação representava uma sangria anual de divisas da ordem de grandeza dos 150:000 contos e contribuía poderosamente para o desequilíbrio da nossa balança comercial.

Em 1925 a Repartição Técnica de Agricultura de Moçambique contratou um técnico americano, o Sr. James Evans, para vir estudar as possibilidades da cultura algodoeira em grande escala nesta Província. Evans concluiu pela viabilidade do projecto, mas acrescentou que *«sem um programa metódico de investigação científica por parte do Governo havia poucas esperanças de que se pudesse desenvolver uma cultura estável de algodão em qualquer parte da Colónia»*.

São passados quase trinta anos sobre a visita do Sr. Evans. Afigura-se-me por isso interessante e educativo olhar para trás e ver o caminho percorrido; dar um rápido balanço ao trabalho realizado, aos métodos empregados e aos resultados obtidos.

A situação antes de 1932

Entre 1928 e 1931 a Metrópole importou uma média anual de 17:200 toneladas de rama. O Ultramar contribuiu com 772 toneladas por ano, ou sejam cerca de 4,5 por cento.

A primeira medida de largo alcance em matéria de fomento algodoeiro é o decreto de 1926, da autoria do comandante João Belo, então Ministro das Colónias, estabelecendo o actual regime de concessões.

O concessionário tem o direito exclusivo da compra de algodão aos indígenas, a preços fixados pelo Governo, dentro da área da sua concessão, a troco de determinadas obrigações consignadas na lei.

Infelizmente o decreto de 1926 coincide com a grande crise económica internacional e a espectacular baixa de preços do algodão. De modo que as nossas produções se mantêm estacionárias até 1932.

A fim de tornar, tanto quanto possível, a nossa produção independente das flutuações do mercado internacional publica-se em 1932 o decreto da fixação de preços mínimos, da autoria do Dr. Armindo Monteiro, para a fibra produzida no Ultramar e transportada para a Metrópole em barcos portugueses. Quando os preços do mercado internacional baixassem além do correspondente a 8\$ por quilo para determinado tipo de algodão, o Governo Português pagaria, sob a forma de prémio de exportação, a diferença entre aqueles dois preços. Mas a rama seria entregue à indústria têxtil nacional aos preços dos mercados exteriores.

A margem de lucro entre o preço de compra do algodão caroço ao indígena e o preço de venda da rama na Metrópole era suficientemente remuneradora e estável para estimular o investimento de consideráveis capitais portugueses no Ultramar.

As produções começam a aumentar rapidamente e o algodão ultramarino a ser todo canalizado para a Metrópole.

Em 1937 a importação de rama em Portugal foi de cerca de 31:000 toneladas, mas a contribuição de Angola e Moçambique passou de 4,5 para 36,6 por cento. As duas grandes províncias ultramarinas estão a produzir umas 11:000 toneladas de fibra por ano, ou seja cerca de 65 por cento do consumo nacional antes de 1932.

Criação da Junta de Exportação do Algodão

É nesta altura, em 1938, que é criada a Junta de Exportação do Algodão, por iniciativa do Dr. Vieira Machado, então Ministro das Colónias.

A Junta é um organismo de coordenação económica, com sede em Lisboa e delegações em Angola e Moçambique. Compete-lhe, entre outras obrigações, a de «promover a melhoria do algodão colonial e fomentar o aumento da sua produção».

Deve a Junta recrutar pessoal técnico para executar a missão de que é incumbida, diz o decreto. E acrescenta: «*Pode esse pessoal técnico ser nacional — e de desejar é que o possa ser — mas pode também ser estrangeiro. O que importa é que seja competente. Na realidade, o papel fundamental que na técnica adoptada fica pertencendo às delegações só pode ser cabalmente desempenhado se elas ao seu serviço conseguirem ter pessoal de absoluta idoneidade profissional*».

Reconhece-se assim oficialmente e com desassombro a necessidade de que os problemas da produção algodoeira sejam estudados por técnicos competentes e especializados. Era já um começo de execução do conselho dado em 1926 pelo Sr. Evans.

A Junta recruta pessoal técnico, cria estações e campos experimentais em Angola e Moçambique e inicia assim, com os recursos de que dispõe, um vasto programa de experimentação agrícola.

As produções continuam a aumentar. Em 1943 as duas províncias ultramarinas produzem, números redondos, 25:000 toneladas de fibra, muito mais do que o consumo médio da nossa indústria têxtil antes de 1932.

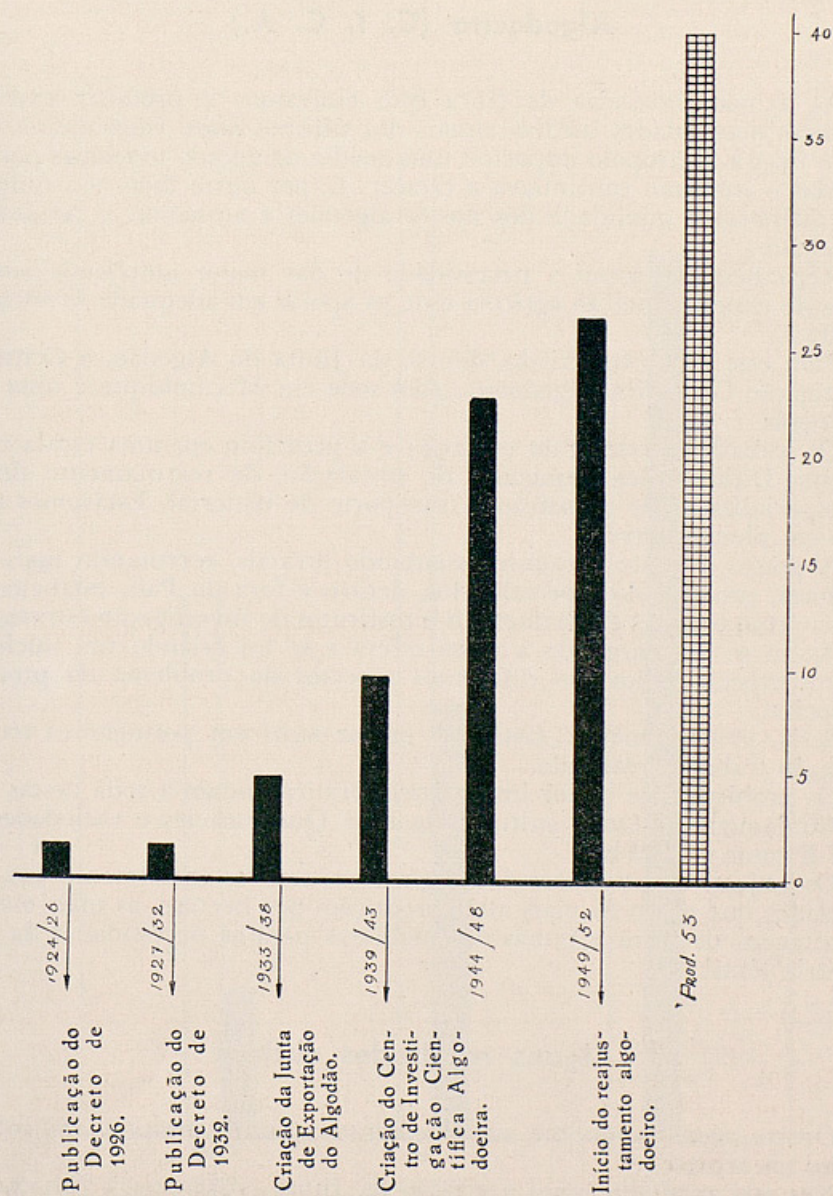


GRÁFICO N.º 1

Médias anuais de fibra exportada de Moçambique e produção obtida em 1953, em milhares de toneladas

Criação do Centro de Investigação Científica Algodoeira (C. I. C. A.)

As 25:000 toneladas de fibra que estávamos a produzir excediam mesmo as necessidades médias anuais dos últimos anos. Com efeito, entre 1938 e 1943 a Metrópole importou uma média de 22:500 toneladas por ano.

Mas o consumo continuava a crescer. E, por outro lado, era indispensável melhorar a qualidade dos nossos algodões e aumentar o rendimento por hectare.

Reconheceu-se assim a necessidade de dar maior amplitude aos trabalhos de experimentação agrícola e de os apoiar em adequada investigação científica.

Para esse efeito foi criado, dentro da Junta do Algodão, o Centro de Investigação Científica Algodoeira, com sede em Moçambique e uma filial em Angola.

Os trabalhos começaram em 1944 e a princípio em uma escala muito modesta. Dificuldades tremendas de instalação, de recrutamento de pessoal especializado, de aquisição e transporte de material. Estávamos ainda então em plena guerra!

A pouco e pouco foram-se assentando arraiais, recrutando mais colaboradores, procurando especializá-los, dentro e fora do País, estabelecendo contacto com estações experimentais e institutos de investigação estrangeiros.

Assim se foi alargando a nossa esfera e se foi criando um núcleo de técnicos especializados nos diferentes aspectos do problema da produção algodoeira.

Seria, evidentemente, fastidioso entrar aqui em pormenores técnicos acerca do trabalho realizado.

Os problemas de maior importância prática andam à roda destas questões fundamentais: Onde cultivar algodão? Que espécies e variedades cultivar? E como cultivá-las?

Os objectivos imediatos a atingir consistem essencialmente em criar variedades que dêem as mais altas produções por hectare, as mais elevadas percentagens de fibra e ramas das melhores para as necessidades da nossa indústria têxtil.

Alguns resultados obtidos

Ocorre agora perguntar até que ponto a Junta cumpriu a missão de que foi encarregada.

Nos seis anos anteriores à criação da Junta (1932-1937) Portugal importa uma média de 24:000 toneladas de ramas por ano. A contribuição das províncias ultramarinas vai crescendo regularmente até atingir, em 1937, um pouco mais de 36 por cento do total.

Entre 1946 e 1951 a importação de ramas sobe acima das 34:000 toneladas mas a contribuição do nosso Ultramar é já superior a 86 por cento.

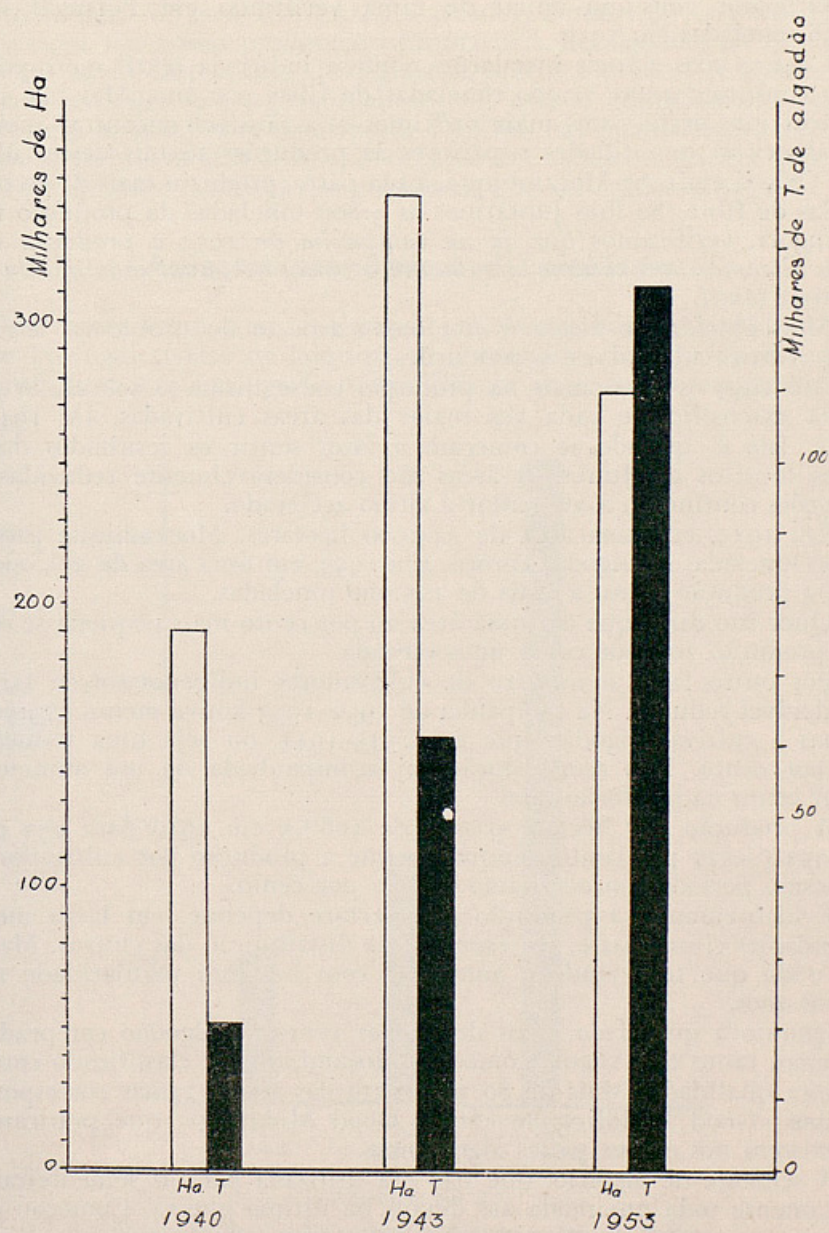


GRÁFICO N.º 2

Áreas cultivadas em Moçambique, em milhares de hectares, e produções de algodão caroço obtidas, em milhares de toneladas

O maior consumo anual de rama verificado em Portugal foi de 38:456 toneladas em 1952.

Com as suas actuais instalações a nossa indústria têxtil metropolitana podia consumir umas 51:000 toneladas de fibra por ano. Mas não parece provável que nestes anos mais próximos seja possível encontrar mercados que absorvam quantidades superiores às produções têxteis destes últimos anos. Ora, já em 1953 Moçambique, à sua parte, produziu mais de 40:000 toneladas de fibra. Se lhes juntarmos as 5:800 toneladas da produção média de Angola, verificamos que *já na campanha de 1953 a produção de algodão ultramarino excedeu largamente o consumo anual máximo da nossa indústria têxtil.*

Mais elucidativo ainda é este outro aspecto do problema: a relação entre as áreas cultivadas e as produções.

Até 1943 os acréscimos na produção conseguiram-se sobretudo graças a uma extensificação cada vez maior das áreas cultivadas. De 1943 em diante, isto é, quando se começam a fazer sentir os resultados dos trabalhos técnicos da Junta, as áreas são consideravelmente reduzidas e as produções continuam a aumentar a ritmo acelerado.

Em 1943, em uma área de 344:000 hectares, Moçambique produziu 61:000 toneladas de algodão caroço. Em 1953, em uma área de 275:000 hectares, a produção subiu a mais de 125:000 toneladas.

Quer isto dizer que em uma área 20 por cento mais pequena se obteve uma produção 105 por cento mais elevada.

Por outro lado, o número de cultivadores indígenas sofreu também considerável redução. Na campanha de 1952-1953 houve menos 275:500 indígenas a cultivar algodão que em 1943-1944, ou seja uma redução de 34,8 por cento. Mas esta redução foi acompanhada de um aumento de 96 por cento na produção total.

A produção por hectare passou de 106^{kg},5 em 1940 para 455 quilos em 1953 (+327 por cento), enquanto que a produção por cultivador teve no mesmo período um acréscimo de 632 por cento.

Evidentemente, a produção por hectare depende, em larga medida, de condições climáticas e, em especial, da distribuição das chuvas. Mas não há dúvida que tem vindo a aumentar com bastante regularidade nestes últimos anos.

Quanto à qualidade, mais de 80 por cento do algodão comprado aos indígenas, tanto em Angola como em Moçambique, é classificado como de primeira qualidade. Mais de 80 por cento das nossas ramas correspondem aos tipos «Good Middling» e «Strict Good Middling», que praticamente não existem nos outros países algodoeiros.

A semente de algodão, que não era utilizada para as sementeiras, era praticamente toda queimada até depois da última guerra. Começou o seu aproveitamento industrial em Moçambique em 1948. Já em 1952 se industrializaram 27:690 toneladas de semente. O óleo, bagaços e fibrilha extraídos representam um valor de mais de 50:000 contos.

No mesmo ano de 1952 ainda se exportaram 9:980 toneladas de semente, no valor de 16:600 contos, números redondos.

Finalmente a Junta tem estado a estudar, desde 1951, a possibilidade de produção, nas nossas províncias ultramarinas, de algodões de fibra comprida, até agora importados do Egipto a preços elevados. A conclusão a tirar dos trabalhos até agora realizados é que é tècnicamente possível produzir em Moçambique esse tipo de algodão, nas quantidades requeridas pela nossa indústria tèxtil. Mas é necessário estabelecer para a fibra um preço compensador dos cuidados e despesas que tal cultura acarreta.

Aspectos económicos do problema

Que representam estes resultados para a economia da Nação?

Se Portugal tivesse de adquirir no estrangeiro todo o algodão que a nossa indústria tem consumido nestes últimos anos, isso representaria uma

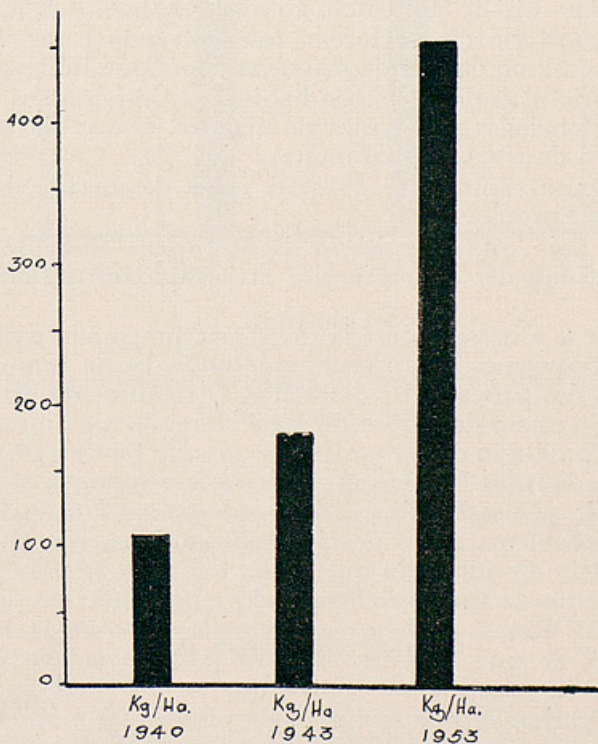


GRÁFICO N.º 3

Produções de algodão caroço obtidas, em quilos, por hectare

sangria anual de divisas da ordem de grandeza de um milhão de contos, ou seja cerca de um quinto das receitas do orçamento da Metrópole. Tal importação representaria um incomportável desequilíbrio para a nossa balança comercial.

Se a estas divisas economizadas acrescentarmos as que entram no País em troca da exportação de artigos de algodão (cerca de 240:00 contos por ano, entre 1950 e 1952), de óleos, bagaços, fibrilha, semente e das próprias ramas em excesso, da produção de 1953 (à roda de 8:000 toneladas), chegamos à conclusão que a campanha de fomento algodoeiro trouxe para a economia da Nação um acréscimo de valor de cerca de um milhão e meio de contos por ano.

Quanto a Moçambique, a produção indígena de algodão de 1953 atingiu o valor de 331:870 contos.

O imposto indígena de toda a população da Província anda à roda de 180:000 contos por ano. Pode pois afirmar-se, sem exagero, que a cultura do algodão tem contribuído nestes últimos anos, mais que qualquer outra actividade agrícola ou industrial, para o desenvolvimento económico de Moçambique.

Os benefícios não-de aumentar consideravelmente à medida que as indústrias de transformação se forem desenvolvendo e for aumentando a capacidade de consumo da grande massa da população indígena. Hoje, para uma população de mais de 5.700:000 habitantes, importamos anualmente à roda de 4:000 toneladas de tecidos de algodão, o que dá uma capitação baixíssima (cerca de 0^{kg},7 por habitante).

Em Portugal a capitação é de 2^{kg},6, cerca de metade da maioria dos outros países da Europa.

É natural, pois, que a capitação da Metrópole aumente consideravelmente nos próximos dez anos e muito mais rapidamente ainda a de Moçambique.

Resta saber se a nossa indústria têxtil está preparada para acompanhar a evolução do nosso mercado interno em condições de competição com as suas congéneres dos países mais adiantados. O rendimento unitário é muito baixo comparado com o dos países de mais avançada mecanização. Em 1950, por exemplo, a produção de fio por fuso e por ano foi de 45^{kg},7 em Portugal e de 88^{kg},96 nos Estados Unidos da América; e o número de operários por 10:000 fusos é de 34 nos Estados Unidos e de 75 em Portugal.

Sei que o problema não é de fácil solução. Mas creio que não restam dúvidas no espírito de ninguém que tenha lido com atenção o último relatório do presidente da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama (Dr. J. D. Rosas — *Alguns aspectos da situação da indústria algodoeira nacional*) de que a indústria têxtil portuguesa não soube, ou não pôde, aproveitar a excepcional ocasião que se lhe ofereceu, de 1939 em diante, para organizar a produção em bases modernas e aumentar o rendimento unitário para um nível semelhante ao dos países mais adiantados.

Quanto a Moçambique, não basta que produza ramas para abastecer a indústria nacional. Enquanto nos limitarmos a exportar as nossas matérias-primas e a importar depois os artigos manufacturados, a Província, apesar de ter mudado de rótulo, continuará a ter uma economia essencialmente colonial.

Moçambique tem condições para industrializar em larga medida os subprodutos do algodão e para transformar em tecidos, pelo menos, a quan-

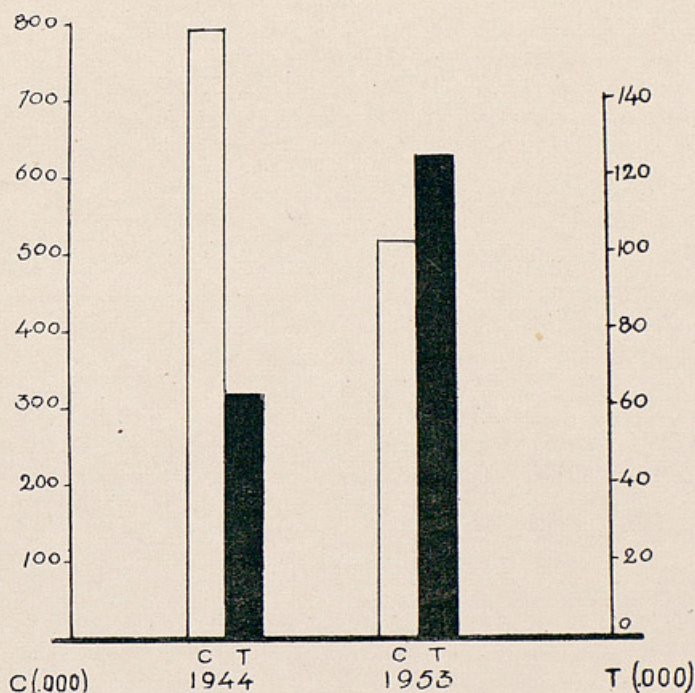


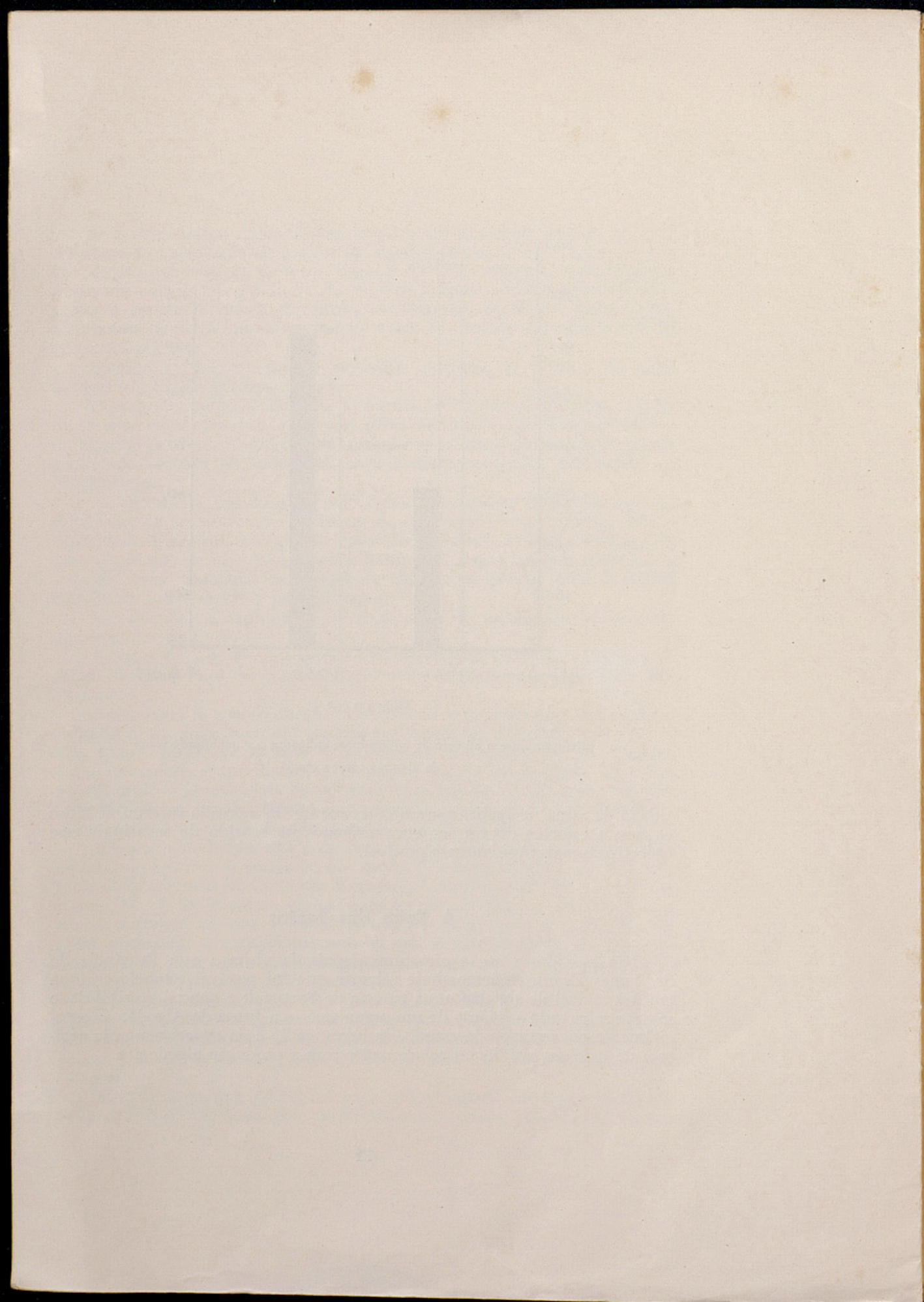
GRÁFICO N.º 4

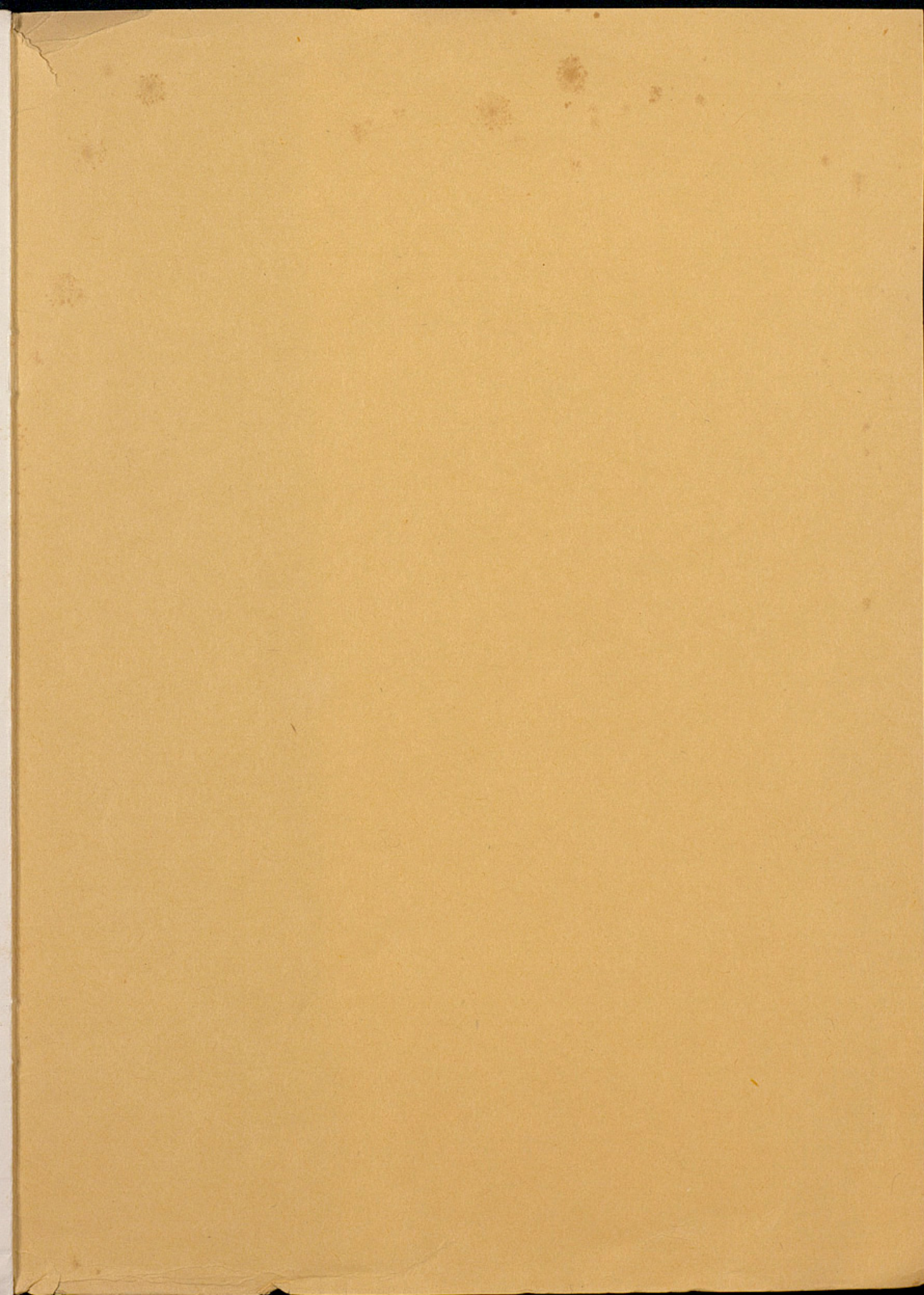
Relação entre o número de cultivadores indígenas e a quantidade total de algodão caroço obtida

tidade de rama necessária para abastecimento do mercado interno. E todos os nossos esforços devem ser encaminhados no sentido de se atingir esse objectivo o mais rapidamente possível.

A lição dos factos

São passados vinte e oito anos depois da visita a esta Província do Sr. James Evans. Podemos hoje afirmar que foi possível estabelecer uma cultura estável de algodão nesta parcela de Portugal; e que tal possibilidade se deve sobretudo à criação de um organismo — a Junta do Algodão — especialmente encarregado do estudo, da investigação e da experimentação agrícola de todos os problemas relacionados com a produção algodoeira.







UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Departamento de Botânica



1322536858